

☆ **continuação** ou os dois árbitros indicados pelas partes não chegaram a um consenso sobre a indicação do presidente do tribunal arbitral, a nomeação de dois árbitros deverá ocorrer de acordo com as Regras da ICC, § 1º - No caso de uma arbitragem envolvendo 3 ou mais partes que não estejam organizadas em dois grupos, de reclamantes e respondentes, as partes da arbitragem, de acordo, designarão dois árbitros no prazo de 15 dias após o recebimento da última notificação da ICC nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal de arbitragem, será nomeado pelos árbitros indicados pela parte no prazo de 15 dias após a confirmação do último árbitro ou, se isso não for possível por qualquer razão, pela ICC, de acordo com as Regras da ICC. Se as partes da arbitragem não nomearem os árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pela ICC, de acordo com as Regras da ICC, que designará um deles para atuar como presidente do tribunal de arbitragem. § 2º - O local da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde a sentença arbitral será proferida, em caráter confidencial. O idioma da arbitragem será o português, desde que as provas possam ser produzidas em inglês sem a necessidade de tradução. § 3º - A sentença arbitral será definitiva e obrigatória para as partes na arbitragem, inclusive seus sucessores, a qualquer título. Na medida máxima permitida pela legislação aplicável, as partes renunciam ao seu direito de buscar quaisquer recursos contra a sentença arbitral e quaisquer defesas contra sua execução. § 4º - Sem prejuízo da arbitragem, as Partes não impedirão de recorrer aos tribunais brasileiros para buscar tutela provisória antes da constituição do painel de arbitragem, mas não poderão requerer que os referidos tribunais ajam sobre os méritos da Disputa que não sejam estritamente necessários para conceder tutela

provisória ou recurso legal semelhante. § 5º - Para os fins do parágrafo acima e para fins de execução de decisões e sentenças proferidas pelo tribunal arbitral, as Partes elegem os Tribunais da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com a exclusão de qualquer outro, não importa qual privilégio possa ser. A apresentação de quaisquer medidas nos termos previstos nesta cláusula não implicará qualquer renúncia à esta cláusula de arbitragem da plena jurisdição do tribunal arbitral. § 6º - As despesas do processo arbitral, incluindo as despesas administrativas da ICC, honorários do árbitro e perito independente, quando aplicáveis, serão suportadas por cada parte de acordo com as Regras da ICC. Assim que o processo de arbitragem for concluído, o tribunal de arbitragem poderá determinar que a parte vencedora reembolse a outra parte desses custos e outros custos incorridos, incluindo honorários advocatícios razoáveis. No caso de a reivindicação ser apenas parcialmente concedida, o tribunal de arbitragem deverá decidir a proporção dos custos efetivamente incorridos que cada parte deverá arcar. § 7º - Os procedimentos arbitrais (incluindo a sua existência, as alegações das partes, declarações de terceiros, provas e documentos apresentados, assim como quaisquer decisões proferidas pelo tribunal arbitral) serão confidenciais, e só serão divulgados ao tribunal arbitral, às partes na arbitragem, seus representantes e qualquer pessoa necessária à arbitragem. § 8º - A ICC poderá, a pedido de uma das partes, consolidar duas ou mais arbitragens pendentes, segundo as Regras da ICC, em uma única arbitragem, de acordo com os critérios estabelecidos pelas Regras da ICC.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ Nº 61.602.199/0001-12 - NIRE 35.300.030.401

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 01 de outubro de 2020, às 14 horas, na sede social da Companhia Ultragaz S.A. ("Companhia" ou "Cia. Ultragaz"), localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, Bela Vista, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910. **Presença:** Compareceram à Assembleia: (i) acionistas titulares de mais de 3/4 (três quartos) das ações que compõem o capital social; e (ii) os Diretores da Companhia. **Publicações:** **Edital de Convocação:** Publicado no Diário Oficial do Estado de SP e no jornal "Empresas & Negócios" nas edições de 23, 24 e 25 de setembro de 2020. **Mesa:** Tabajara Benelli Costa – Presidente, Ana Paula Santoro Coria – Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações:** 1. Preliminarmente, foi autorizada, pelo voto dos acionistas presentes, de forma unânime, a lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme disposto o artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. 2. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, que passará de R\$ 1.010.919.546,75 (um bilhão, dez milhões, novecentos e setenta mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 1.035.385.011,07 (um bilhão, trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sete centavos), mediante a emissão de 50.640.022 (cinquenta milhões, seiscentos e quarenta mil e vinte e duas) novas ações, sendo 50.093.695 (cinquenta milhões, noventa e três mil e seiscentas e noventa e cinco) ações ordinárias e 546.327 (quinhentas e quarenta e seis mil, trezentas e vinte e sete) ações preferenciais, com valor de emissão de R\$ 0,48312480 por ação, independente da classe. Do aumento ora aprovado (i) o montante equivalente a R\$ 24.465.450,43 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos) será subscrito e integralizado pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("Ipiranga"), mediante o aporte de 3.074.374 ações ordinárias de emissão da Uilangas Amazonadora S.A., sociedade anônima, com sede Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, Bela Vista, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910, inscrita no CNPJ sob o nº 61.916.920/0001-49, e (ii) R\$ 13,89 (treze reais e oitenta e nove centavos) serão subscritos e integralizados pela Ipiranga em dinheiro ("Aporte"). 2.1. Em consequência do novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia, o valor nominal unitário passará de R\$ 0,31764569 para R\$ 0,32023753. 3. Ratificar a contratação da Advolover Auditores Independentes Ltda, com sede na Rua Dom Gerardo, 63 - Grupo 1.203/1204, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.939.593/0001-32, como Empresa Avaliadora ("Empresa Avaliadora") responsável pela emissão do Laudo de Avaliação dos bens ("Laudo de Avaliação") a serem aportados ao capital social da Companhia pela acionista Ipiranga, nos termos do artigo 6º da Lei das S.A. 4. Aprovar integralmente o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, que lido e aprovado por todos os acionistas presentes, passa a integrar esta Ata na forma do Anexo I. 5. Em decorrência das deliberações acima e em atendimento ao previsto no artigo 171, parágrafo 2º, da Lei 6.404/76, fixar o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação desta ata, para o exercício do direito de preferência por parte dos acionistas da Companhia para subscrição do aumento do capital ora aprovado, nos seguintes termos: (a) Cada acionista poderá exercer o direito de preferência na proporção das ações ordinárias e preferenciais que possuir no capital social da Companhia nesta data, sendo que cada acionista somente poderá exercer o seu direito de preferência sobre ações da mesma espécie de que for possuidor. O aumento de capital ora deliberado será integralizado pelos referidos subscritores de acordo com o modelo de boletim de subscrição anexo à presente ata (Anexo II). As novas ações emitidas em razão do aumento de capital social aprovado farão jus aos mesmos direitos atribuídos às demais ações de emissão da Companhia; (b) Os acionistas poderão exercer o direito de preferência dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata a que se refere este assembleia; (c) O prazo de aquisição é a forma de pagamento: R\$ 0,48312480 por ação ordinária e/ou preferencial, mediante integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional; e (d) O acionista que optar por exercer o seu direito de preferência deverá notificar a Companhia, por carta registrada, dentro do prazo previsto acima, indicando sua participação no capital social da Companhia nesta data, especificando o número de ações ordinárias e/ou preferenciais que detém e o percentual de ações que deseja adquirir, bem como eventual interesse na reserva de sobras. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o envio da notificação acima mencionada, mas nunca após o encerramento do prazo decadencial de 30 (trinta) dias, o acionista deverá comparecer à sede da Companhia, munido da documentação indicada em Aviso aos Acionistas a ser publicado juntamente com a presente ata, para firmar o competente boletim de subscrição. 6. Na hipótese em que nenhum acionista exerça o seu direito de preferência, a administração da Companhia está, desde já, autorizada a tomar as providências necessárias para a efetivação do aumento do capital ora aprovado. 7. Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento do capital social aprovado no item acima, passando o referido artigo a vigorar com a redação abaixo: "**Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 1.035.385.011,07 (um bilhão, trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sete centavos), divididas em 3.233.178.232 (três bilhões, duzentos e trinta e três milhões, cento e setenta e oito mil, duzentas e trinta e duas) ações, sendo 3.185.622.551 (três bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e duas mil, quinhentas e cinquenta e uma) ações ordinárias e 47.555.681 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentas e oitenta e uma) ações preferenciais, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 0,32023753 por ação.**" 8. Tendo em vista a aprovação das deliberações constantes nos itens acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a fazer parte deste instrumento como seu Anexo III. **Observações:** O Presidente da Mesa informou que todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes: **an) Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.**, na qualidade de acionista: **Tabajara Benelli Costa**, na qualidade de Presidente da Mesa; e **Ana Paula Santoro Coria**, na qualidade de Diretora e Secretária da Mesa. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio **Ana Paula Santoro Coria** - Secretária da Mesa. Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certificado o Registro sob o número 211.490/21-0 em 07.05.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo III - Estatuto Social - Companhia Ultragaz S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º -** A Companhia Ultragaz S.A. reger-se-á por este Estatuto e Disposições Legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A Sociedade tem sua sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, podendo a Diretoria abrir ou extinguir filiais em outras cidades do País. **Artigo 3º -** A Companhia tem como objeto social: (i) distribuição, assim entendido o armazenamento, manipulação, engarrafamento e comércio no atacado e varejo, de qualquer gás, em especial, mas não se limitando ao GLP, aparelhos transportadores, reguladores de pressão e quaisquer outros equipamentos e materiais, necessários ao transporte e distribuição de gases e ao seu uso, bem como a industrialização de tais aparelhos e a comercialização de hidrocarbonetos e éteres; (ii) importação e exportação de qualquer gás, em especial, mas não se limitando ao GLP, aparelhos transportadores, reguladores de pressão e quaisquer outros equipamentos e materiais, necessários ao transporte e distribuição de gases e ao seu uso, bem como a industrialização de tais aparelhos e a comercialização de hidrocarbonetos e éteres; (iii) o comércio e a indústria de produtos alimentares e bebidas, naturais ou industrializados; de produtos de higiene, limpeza e perfumaria; de equipamentos eletroeletrônicos, utensílios e materiais de consumo, para uso doméstico; de livros, jornais e revistas, bem como qualquer outro produto relacionado à sua atividade, no atacado ou no varejo, através da criação e operação de estabelecimentos comerciais destinados a funcionar como lojas de conveniência, minimercados, lanchonetes, bar, fast food, sob a forma padronizada e a cessão de sua exploração a terceiros; (iv) toda e qualquer prestação de serviço relacionada à distribuição de gás, incluindo a instalação, manutenção e reparação de equipamentos para tal finalidade, a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos e de demais equipamentos e máquinas destinados à distribuição e uso do referido gás; (v) prestação de serviços de apoio técnico e consultoria administrativa, comercial e de marketing, em especial, mas não se limitando aos serviços de otimização de consumo de energia, bem como leitura individualizada, em instalações industriais, comerciais, agrícolas ou residenciais e para a operação de estabelecimentos comerciais sob a forma padronizada, entre outros sob a forma de contrato de franquias e/ou cessão de uso de marca; (vi) prestação a terceiros de serviços técnicos relacionados com as especialidades a que se dedica; (vii) prestação de serviços de intermediação de negócios, em especial, mas não se limitando, aos serviços de distribuição de bens de terceiros e representação de qualquer natureza, inclusive comercial; e (viii) prestação de serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, como correspondente bancário e assemelhados, assim como qualquer prestação de serviços permitido por lei. Parágrafo Único - A Companhia poderá, também, participar como acionista, sócia ou a qualquer outro título, em empreendimentos comerciais ou industriais.

Artigo 4º - A Companhia terá duração por prazo indeterminado. **Capítulo II - Capital e Ações. Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 1.035.385.011,07 (um bilhão, trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sete centavos), divididas em 3.233.178.232 (três bilhões, duzentos e trinta e três milhões, cento e setenta e oito mil, duzentas e trinta e duas) ações, sendo 3.185.622.551 (três bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e duas mil, quinhentas e cinquenta e uma) ações ordinárias e 47.555.681 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentas e oitenta e uma) ações preferenciais, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 0,32023753 por ação. **Parágrafo Único -** Os desdobramentos e unificações de títulos múltiplos serão procedidos por solicitação do acionista, que suportará as respectivas despesas de custas. **Artigo 6º -** As ações preferenciais gozarão das seguintes vantagens: (i) prioridade na distribuição de um dividendo fixo de 8% (oito por cento) ao ano sobre o seu valor nominal. Esse dividendo será acrescido de até mais 4% (quatro por cento) do valor nominal das ações preferenciais, na conformidade do que o saldo remanescente do lucro do exercício comportar; (ii) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia. **Artigo 7º -** As ações preferenciais não gozarão do direito a voto, salvo se não tiverem recebido dividendos durante três exercícios consecutivos. **Capítulo III - Assembleias Gerais - Artigo 8º -** A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. **Artigo 9º -** As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, salvo as exceções previstas em lei, instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença de dois acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto. Em segunda convocação, instalar-se-ão com qualquer número de presentes. **Artigo 10º -** A Assembleia Geral será dirigida por uma mesa composta por um Presidente e um Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **Artigo 11º -** Além das matérias previstas em lei, caberá à Assembleia Geral: (i) eleger e destituir os diretores da Companhia, definindo as suas atribuições, designando seus respectivos cargos e fixando a remuneração global a qual farão jus; (ii) tomar as contas dos diretores, deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas e sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) deliberar sobre aumento do capital social e emissão de ações, estabelecendo, inclusive, as suas condições; (iv) deliberar sobre o resgate, amortização, desdobramento, grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) deliberar sobre a redução do capital social; (vi) deliberar sobre qualquer reforma do estatuto social da Companhia; (vii) deliberar sobre qualquer fusão, cisão, transformação e/ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como a transferência de ações que resulte na descontinuidade das atividades da Companhia; (viii) deliberar sobre pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou requerimento de balança da Companhia; (ix) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, bem como eleger o liquidante; e (x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **Capítulo IV - Administração - Artigo 12º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, 8 (oito) membros, todos residentes e domiciliados no país, podendo ser acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, sendo necessariamente um Presidente e os demais sem designação específica. § 1º - A investitura no cargo far-se-á mediante assinatura do termo lavrado no livro de Atas de Reuniões de Diretoria. § 2º - O prazo de gestão dos diretores, que continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Artigo 13º -** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação de metade dos membros eleitos, podendo o diretor temporariamente impedido ou ausente fazer-se representar, mediante indicação escrita, por outro diretor, que para a votação, quer para complementar o "quórum" de presença estabelecido nesse artigo § 1º - Das deliberações tomadas pela Diretoria, lavrar-se-á ata em livro próprio, que será arquivada no registro do comércio e publicada, quando tiver deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. § 2º - Caberá ao Presidente, além de seu voto, o voto de desempate. **Artigo 14º -** Observado o disposto nos artigos seguintes, a Diretoria terá as atribuições que a lei lhe outorga para realizar os objetivos sociais e assegurar o funcionamento regular da Companhia, sendo esta representada: (a) por 2 (dois) diretores em conjunto; (b) por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) por 2 (dois) procuradores com poderes especiais. **Artigo 15º -** Caberá, também, à Diretoria, além das matérias legais: (i) convocar, por qualquer de seus membros, as Assembleias Gerais da Companhia, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; (ii) definir o esquema organizacional da Companhia, adotando uma estrutura organizacional eficiente, composta por profissionais qualificados e de reputação lida; (iii) decidir sobre a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e escritórios dentro do território nacional; (iv) a qualquer tempo, determinar a elaboração de balanços referentes a qualquer período de tempo e aprovar a distribuição de dividendos, intermediários ou intercalares, a conta do lucro apurado nos referidos balanços ou de lucros acumulados ou reservas de lucros, ad referendum da assembleia geral; (v) propor à Assembleia Geral a dissolução ou liquidação da Companhia, ou ainda, reforma do Estatuto Social, fusão, cisão ou incorporação sob qualquer modalidade; (vi) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (vii) representar a Companhia, ativa e passivamente, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral; e (viii) prestar contas a todos os acionistas. **Artigo 16º -** Compete isoladamente ao Presidente as seguintes atribuições: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) representar a Companhia em Juízo, ativa ou passivamente; (iii) supervisionar e coordenar atividades e deveres dos demais diretores; (iv) gerir e administrar todos os negócios e atividades da Companhia, cumprir as determinações do Estatuto Social, as decisões da Assembleia Geral de Acionistas e da Diretoria; e (v) propor a remuneração global dos diretores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas. **Artigo 17º -** Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte: (i) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 (sessenta) dias, do Presidente, caberá aos diretores, eleger seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Presidente até o retorno deste; e (ii) em caso de vacância permanente de qualquer diretor, seu cargo permanecerá vigente até a próxima Assembleia Geral. **Artigo 18º -** Compete aos diretores cooperar com o Presidente no desempenho de suas atribuições. Para esse fim, poderão ser designados, em conjunto ou separadamente, para supervisionar atividades específicas de interesse da Companhia. **Artigo 19º -** A Companhia poderá, mediante assinatura conjunta de 2 (dois) de seus diretores, constituir mandatários, especificando na procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula "ad iudicia" cuja validade poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 20º -** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, entre acionistas ou não, podendo ser reeleitos. **Artigo 21º -** O Conselho Fiscal funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto. **Parágrafo Único -** A eleição, o funcionamento, a remuneração, a competência e os deveres e responsabilidades do Conselho Fiscal obedecerão ao disposto nos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Capítulo VI - Exercício Social e Balanços - Artigo 22º -** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 23º -** Em 31 de dezembro de cada ano serão levantados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras. Dos lucros líquidos então apurados, serão deduzidos: (i) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) a parcela necessária ao pagamento do dividendo assegurado neste estatuto às ações preferenciais; (iii) a importância que permita o pagamento de um dividendo de 12% (doze por cento) ao ano sobre o seu valor nominal às ações ordinárias, ou se insuficientes para tal pagamento as ordinárias, o maior dividendo que o lucro remanescente do exercício comportar; e (iv) o saldo do lucro se houver, ficará à disposição da Assembleia Geral, que poderá determinar a distribuição de dividendo adicional, a constituição de reservas facultativas ou sua manutenção com lucros acumulados. § 1º - O dividendo previsto nas alíneas "i" e "iii" deste artigo não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, calculados sobre o lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e compensados quaisquer dividendos pagos no exercício. **Artigo 24º -** Prescreverão em favor da Sociedade os dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido à disposição do acionista. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 25º -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. **Parágrafo Único -** A Assembleia Geral determinará o modo de liquidação e nomeará o liquidante que funcionará no período de liquidação.

L2 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.241.096/0001-48

NIRE 35229739295 - Companhia Fechada

Extrato da Ata de RCA Realizada em 30/11/20

Na sede, dia 30/11/20, às 11h30. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Pedro Wagner Pereira Coelho; Secretária: Giovanna Navarro Pires. **Deliberações:** Por unanimidade: 1. Autorizar a lavratura da ata na forma de sumário. 2. Aprovar, as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/19. 3. Tendo em vista que apurou, no exercício social encerrado em 31/12/19, lucro contábil no valor de R\$71.116,81, aprovar a destinação da seguinte forma: (1) 3.555,84 para a conta de "Reserva Legal"; e (2) R\$67.560,97 para a conta de "Reserva de Lucros". 4. Aprovar a fixação da remuneração global da administração para o exercício de 2020, em até R\$ 20.000,00, observados os critérios fixados no caput do artigo 152, da Lei 6.404/76. Nada mais. JUCESP nº 170.806/21-5 em 15/4/21. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

TOO Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 33.245.762/0001-07 - NIRE 35.300.047.541

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

A Too Seguros S.A. ("Companhia"), por meio do seu Conselho de Administração, convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma digital, no dia 05 de agosto de 2021, às 14 horas e 00 minutos, em primeira convocação, com a presença 2/3 das ações, e, às 14 horas e 30 minutos, em segunda convocação, com a presença de metade mais uma ação, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Reeleição dos membros do Conselho de Administração da Too Seguros S.A. **Informações Gerais:** 1) Os documentos necessários para a tomada de decisão dos Senhores Acionistas estarão à disposição na sede social da Companhia. 2) Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores deverão depositar seus respectivos instrumentos de mandato na sede social da Companhia na data da realização da Assembleia. 3) A Assembleia será realizada de forma virtual. São Paulo, 26 de julho de 2021.

Sergio Cutolo dos Santos

Presidente do Conselho de Administração


Innova Capital S.A.

CNPJ/MF nº 10.935.138/0001-21

NIRE 35.300.370.635 - Companhia Fechada

Extrato da Ata da AGO Realizada em 30/11/20

Na sede, dia 30/11/20, às 12h30. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Pedro Wagner Pereira Coelho; Secretária: Giovanna Navarro Pires. **Deliberações:** Por unanimidade: 1. Autorizar a lavratura da ata na forma de sumário. 2. Aprovar, as contas dos administradores, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/19. 3. Aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/19, no total de R\$ 362.728.998,00, da seguinte forma: (i) 5% do lucro líquido, no valor de R\$ 136.449,90, para a conta de Reserva Legal; e (ii) aprovar, a não distribuição aos acionistas de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/19, com a decorrente retenção do saldo de R\$ 592.558,18, a ser destinado à conta de Reserva de Lucros. 4. Ratificar a fixação da remuneração da Diretoria, para o exercício de 2020, no montante global anual de R\$ 20.000,00. Nada mais. JUCESP nº 24.766/21-5 em 12/1/21. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.



Smiles Fidelidade S.A.

CNPJ/MF nº 05.730.375/0001-20- NIRE 35.300.493.095

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Realizada em 28 de Novembro de 2018

Data, Hora e Local: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro de 2018, às 07h00min, fora da sede social da Smiles S.A. (“**Companhia**”), na Rua Funchal, 551, 10º andar, **Vila Olímpia**, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Constantino de Oliveira Junior, Joaquim Constantino Neto, Ricardo Constantino, Claudio Eugênio Stiller Galeazzi, Cássio Casseb Lima, Felipe Villela Dias e Leonardo Porciuncula Gomes Pereira. **Mesa:** Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Constantino de Oliveira Junior, que convidou a mim, Murilo Cintra Grassi, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a eleição dos membros que deverão compor o Comitê Especial Independente da Companhia a ser constituído única e exclusivamente, para analisar as condições de uma potencial reorganização societária envolvendo a Companhia, a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e a Gol Linhas Aéreas S.A., e submeter suas recomendações ao Conselho de Administração da Companhia (“**Comitê**”), observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários nº 35, de 1 de setembro de 2008 (“**Parecer 35**”); e **(ii)** a autorização à Diretoria para tomar todas as providências e a assinar todos os documentos necessários ao cumprimento do item (i) acima. **Deliberações:** Prestados os esclarecimentos necessários, os membros do Conselho de Administração deliberaram o quanto segue: **(i) Comitê:** Iniciada a reunião, foi solicitado o registro de que esse processo de escolha dos integrantes do Comitê Especial Independente aconteceu por meio de uma série de interações informais entre todos os Conselheiros. Durante esse processo, vários nomes foram sugeridos para serem debatidos pelo Conselho, tendo alguns sido sugeridos inclusive pelos Conselheiros indicados pelo acionista controlador. Os Conselheiros independentes Leonardo, Cássio e Claudio registraram que, inicialmente, propuseram a formação de um Comitê que contasse com a participação do Conselheiro Felipe e de outro Conselheiro, que deveriam, em conjunto, escolher o terceiro integrante. Considerando que, por razões distintas, nenhum dos demais Conselheiros concordou em participar do Comitê e dada a proximidade da Assembleia Geral convocada para o dia 29, os Conselheiros Leonardo, Cássio e Claudio (observada as recomendações e manifestações abaixo), em conjunto com os demais Conselheiros indicados pelo acionista controlador, optaram por escolher para integrar o Comitê Independente exclusivamente não administradores, cujos nomes foram indicados por membros independentes do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração indicados pelo acionista controlador confirmaram que nem eles nem o acionista controlador possuem qualquer relação pretérita ou presente com tais candidatos apresentados que possa comprometer a sua independência, nos termos da definição de “*conselheiro independente*” previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Em seguida, os membros do Conselho de Administração aprovaram eleger os seguintes membros para compor o Comitê, nos termos do disposto no Artigo 42 do Estatuto Social a ser aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, convocada para o dia 29 de novembro de 2018, para deliberar sobre a inclusão de novo Artigo 42 ao Estatuto Social da Companhia (“**AGE**”). A deliberação ora aprovada é condicionada, para todos os fins, à aprovação da matéria objeto da ordem do dia da AGE: **(a)** pela unanimidade dos votos válidos, com abstenção do conselheiro Leonardo Porciuncula Gomes Pereira que declarou conflito no voto, Sra. **Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes**, brasileira, solteira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.688.011-6 (Detran/RJ), inscrita no CPF/MF sob o nº 346.152.45491, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 5º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-062, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **(b)** pela maioria dos presentes, com voto vencido do conselheiro independente, Sr. Felipe Villela Dias, Sr. **José Luiz Osório**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2440046 (IFP), inscrito no CPF/MF sob o nº 051.367.44707, com endereço comercial na Rua Santa Luzia, nº 651, 14º andar, CEP 20021-903, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e **(c)** pela unanimidade de votos, Sr. **José Guimarães Monforte**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.127.063 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 447.507.658-72, com endereço comercial na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 1098, conjunto 11, Bairro Itaim Bibi, CEP 04542-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Fica consignado em ata que o conselheiro independente Felipe Villela Dias apresentou aos conselheiros manifesto quanto à potencial reorganização societária, o qual consta do **Anexo I** à presente ata, e votou em seu nome para candidato ao Comitê, tendo os demais conselheiros apresentado voto contrário como forma de preservar a atual composição do Conselho de Administração e reter os conhecimentos do conselheiro independente no Conselho de Administração da Companhia, já que este órgão será responsável pela apreciação do parecer final de recomendação do Comitê sobre a potencial reorganização societária. O conselheiro independente Felipe Villela Dias solicitou que ficasse consignado a sua posição de que não identifica qualquer conflito no fato da mesma pessoa ser integrante do Conselho e membro do Comitê Especial Independente e que acredita que a falta de conhecimento técnico sobre a indústria pode afetar negativamente o desempenho das atribuições do Comitê Independente. Após o término da reunião e durante o processo de discussão da redação dessa ata, os Conselheiros Constantino de Oliveira Junior, Ricardo Constantino e Joaquim Constantino Neto apresentaram manifestação, que consta do **Anexo II** desta ata. A investidura dos membros do Comitê ora eleitos e o pleno exercício das atividades para as quais foram designados estão igualmente condicionadas à aprovação das matérias objeto da ordem do dia da AGE. Ainda, no momento de sua posse, os membros ora eleitos pelo Conselho de Administração deverão declarar serem todos independentes, nos termos da definição de “conselheiro independente” previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado; estando certo que tais membros estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores, nos termos do artigo 160 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e deverão atuar em conformidade ao Parecer 35 e ao disposto no Estatuto Social da Companhia. Sem prejuízo da eleição dos membros do Comitê ora aprovada, os membros do Conselho de Administração, Claudio Eugênio Stiller Galeazzi, Cássio Casseb Lima, Felipe Villela Dias e Leonardo Porciuncula Gomes Pereira, com o objetivo de conferir maior celeridade e transparência ao processo, visando uma relação de troca comutativa, fizeram constar em ata a recomendação de que: (i) o Conselho de Administração avalie a possibilidade de adesão da Companhia ao Comitê de Aquisições e Fusões - CAF; (ii) a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. também constitua um comitê especial independente para negociar a potencial reorganização societária com o Comitê Independente da Companhia ora aprovado, e (iii) o Comitê deve ter a prerrogativa de contratar um terceiro mediador, a ser mutuamente acordado com a acionista controladora da Companhia, para participar nas interações entre as partes envolvidas na potencial reorganização societária. **(ii) Autorização à Diretoria:** autorizar a Diretoria a tomar todas as providências e a assinar todos os documentos necessários ao cumprimento do quanto deliberado e aprovado nesta reunião e atendimento ao disposto na legislação aplicável. Por fim, fica ainda consignado em ata, que os conselheiros tomaram conhecimento dos questionamentos apresentados por acionistas minoritários bem como respostas apresentadas pela Companhia e reforçaram a orientação dada à Companhia para que correspondências recebidas e endereçadas aos membros do Conselho de Administração sejam prontamente circuladas aos conselheiros. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** **Mesa: Constantino de Oliveira Junior** - Presidente da Mesa, Murilo Cintra Grassi - Secretário da Mesa; **Membros do Conselho de Administração: Constantino de Oliveira Junior, Ricardo Constantino, Joaquim Constantino Neto, Claudio Eugênio Stiller Galeazzi, Cássio Casseb Lima, Felipe Villela Dias e Leonardo Porciuncula Gomes Pereira.** Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Barueri, 28 de novembro de 2018. **Mesa: Constantino de Oliveira Junior** - Presidente; **Murilo Cintra Grassi** - Secretário. **JUCESP** nº 589.902/18-0 em 19/12/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ/MF nº 82.120.676/0001-83 - NIRE 35.300.412.087

Extrato da Ata de Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures da 1ª Emissão Pública Realizada em 28.12.2018.

Data, Hora, Local: 28.12.2018, às 10 horas, na sede, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 16º andar, conjunto 1604, São Paulo/SP. **Presença:** 100% das Debêntures em circulação. Presentes ainda Julia Siggia Amorim, representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão, e os representantes da Companhia. **Mesa:** Presidente: Fabio Hideki Ochiai, Secretária: Julia Siggia Amorim. **Ordem do Dia:** (i) anuência prévia para a não incidência na hipótese de vencimento antecipado prevista na cláusula 7.24, inciso (xxx) do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Almeida Junior Shopping Centers S.A.” (“**Escritura de Emissão**”), no tocante ao Índice Financeiro de Dívida Bruta e Cobertura de Juros a serem verificados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 31.12.2018; (ii) a alteração da redação da cláusula 7.24, inciso (xxx) da Escritura de Emissão; (iii) declaração da ciência de que as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia (conforme definido na Escritura de Emissão) serão divulgadas após exercício social a ser encerrado em 2019; e (iv) autorizar o Agente Fiduciário a praticar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações ora estipuladas, inclusive celebração de eventuais aditamentos da Escritura de Emissão. **Deliberações Aprovadas:** (i) anuência prévia para a não incidência na hipótese de vencimento antecipado prevista na cláusula 7.24, inciso (xxx) do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Almeida Junior Shopping Centers S.A.” (“**Escritura de Emissão**”), no tocante ao Índice Financeiro de Dívida Bruta e Cobertura de Juros a serem verificados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018; (ii) autorizar a alteração da cláusula 7.24, inciso (xxx) da Escritura de Emissão, que passará a vigorar com a seguinte redação: “(xxx) não observância, pela Companhia, dos índices financeiros abaixo (“**Índices Financeiros**”), que serão apurados pela Companhia e verificados pelo Auditor Independente (conforme definido abaixo) trimestralmente, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, do cálculo dos Índices Financeiros acompanhados das informações a que se refere a cláusula 8.1 abaixo, incisos I e II, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31.12.2018: (a) **Dívida Bruta** (conforme abaixo definido): a Dívida Bruta da Emissora deverá ser igual ou inferior a (1) R\$1.230.000.000,00 até 31.12.2019; e (2) R\$1.185.000.000,00 a partir de 1.01.2020; (b) **Cobertura de Juros:** o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo), deverá ser igual ou maior a: (i) **1,0 vezes** até o encerramento do exercício social de 2020; e (ii) **1,1 vezes** a partir de 1.01.2021. (c) **Dívida Líquida/EBITDA:** exclusivamente no caso da Emissora realizar oferta pública de ações, caso o índice financeiro decorrente do quociente da divisão do Dívida Líquida (conforme definido abaixo) pelo EBITDA (“**Dívida Líquida/EBITDA**”) com base nas demonstrações financeiras do exercício social imediatamente anterior à realização da oferta pública de ações, for: (i) menor ou igual a **2,50 vezes**, a Emissora deverá observar, até a Data de Vencimento das Debêntures, o índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a **3,50 vezes**; (ii) maior que **2,5 vezes**, a Emissora deverá observar, até a Data de Vencimento das Debêntures, o índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a **5,00 vezes**. As alterações dos Índices Financeiros conforme estabelecidos neste item, não estão sujeitos ao aditamento desta Escritura de Emissão, caso as condições acima sejam verificadas. (iii) declarar ciência de que as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia (conforme definido na Escritura de Emissão) referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018 serão divulgadas após exercício social a ser encerrado em 31.12.2019, no mesmo prazo em que as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019 devem ser divulgadas, sendo que tal fato não se configurará uma hipótese de vencimento antecipado nos termos da Escritura de Emissão; e (iv) autorizar o Agente Fiduciário a praticar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações ora estipuladas, inclusive celebração de eventuais aditamentos da Escritura de Emissão. Nada mais. São Paulo, 28.12.2018. Almeida Junior Shopping Centers S.A. - Marcelo Monteiro - Diretor, Gustavo Matioli Vieira Janer - CFO. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário) - Julia Amorim - Procuradora. Itaú Unibanco S.A. - (Debenturista). Fabio Hideki Ochiai, Joyce Silveira Dias Nunes. JUCESP 56.992/19-1 em 29/01/2019. Flávia Regi-na Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Locaweb Serviços de Internet S/A

CNPJ/MF nº 02.351.877/0001-52 - NIRE 35.300.349.482

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Acionistas da Companhia a se reunirem às 10hs de 14.02.19 em Assembleia Geral Extraordinária (“**AGE Rerratificação JSCP/18**”), na sede social, Rua Itapaiúna, 2.434, Vila Andrade, SP, para deliberarem sobre as propostas apresentadas pelos Membros do Conselho de Administração com possíveis [A] aprovações de previsões para [A.1] rerratificações de [A.1.1] imprecisa declaração anterior acerca da inexistência de Juros Sobre o Capital Próprio da Companhia (“**JSCP**”) durante o período compreendido entre os dias 1º/07/18 e 31/12/18, 2º semestre de 2018 (“**JSCP/2ºSemestre18 rerratificados**”); onde poder-se-ão considerar na solenidade ora convocada os respectivos novos valores contábeis brutos aproximados por: [A.1.1.1] **ação** e, haja vista as correspondentes ações hábeis da Companhia a serem abarcadas nesta rerratificação declaração, [A.1.1.2] **global semestral** (referente: “JSCP/2ºSemestre18 rerratificados”) a ser também liquidado oportunamente para os elegíveis acionistas; [A.1.1.3] **montante consolidado** dos JSCP acumulado para todo ano de 2018 (“**JSCP/18 rerratificados**” = ou seja, “JSCP/1ºSemestre18” + “JSCP/2ºSemestre18 rerratificados”); e, ainda, [A.2] convalidação de todos os demais atos praticados pela Administração e contemplados na AGE realizada em 28/12/18 *pp*, arquivada na JUCESP 3.291/19-4 em 08/01/19 *pp*; bem como, no âmbito de outros assuntos do interesse geral, [A.3] prosseguimento de outros assuntos e desdobramentos decorrentes da pretensão “AGE Rerratificação JSCP/18” convocada doravante. **Informações Gerais:** Nos termos do Artigo 26 do Estatuto Social, para tomar parte na “AGE Rerratificação JSCP/18”, o acionista ou seu representante legal deverá comparecer à solenidade munido dos documentos que comprovem identidade; sendo certo que o acionista poder-se-á representar por procurador comprovadamente constituído há menos de 1, nos termos da lei. As informações e documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na “AGE Rerratificação JSCP/18”, nos termos da legislação aplicável e desde já, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social. São Paulo, 05.02.19. **Gilberto Mautner** - Presidente do Conselho de Administração

Editora FTD S/A

CNPJ nº 61.186.490/0001-57 - NIRE nº 35300034325

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - 20.12.2018 – 14h

Data: 20/12/2018. **Horário:** 14h. **Local:** Na sede social, à Rua Rui Barbosa nº 156, Bairro Bela Vista, São Paulo. **Presenças:** Totalidade do Capital Social. **Ordem do Dia:** **Apreciar, avaliar e deliberar sobre a proposta de aumento do Capital Social da Sociedade.** Iniciando os trabalhos, por unanimidade, as acionistas da Sociedade aprovaram o aumento do capital social de R\$ 233.710.250,54 para R\$ 247.149.067,45, aumentando proporcionalmente o número de ações ordinárias para cada acionista. Finalizando a Assembleia, a ata foi lida e aprovada por unanimidade e assinada pelas Acionistas; pelo Presidente da Sociedade, da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; pelo Representante do Conselho Fiscal; pelos Diretores Vice-Presidente e Superintendente da Sociedade, e por mim, Secretário e Diretor Jurídico Corporativo, OAB/SP 106.977. “Certifico o registro sob nº 56.882/19-1, em 30/01/2019. Flávia Regina Britto Gonçalves, Secretária Geral da JUCESP”.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ Nº 61.602.199/0001-12 - NIRE 35.300.030.401

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 02 de janeiro de 2019, às 10 horas, na sede social da Companhia Ultragaz S.A. (“Companhia” ou “Cia. Ultragaz”), localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, Bela Vista, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910. **Presença:** Compareceram à Assembleia: (i) acionistas titulares de mais de 3/4 (três quartos) das ações que compõem o capital social; e (ii) Diretores da Companhia. **Publicações:** Edital de Convocação: Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições de 21, 22 e 27 de dezembro de 2018 e no jornal “Diário do Comércio e da Indústria” nas edições de 21, 22 e 27 de dezembro de 2018. **Mesa:** Aurélio Antonio Mendes Ferreira - Presidente. Caroline Pepe dos Santos Leonard - Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações:** 1. Preliminarmente, foi autorizada, pelo voto dos acionistas presentes, de forma unânime, a lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme dispõe o artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, e autorizar sua publicação com omissão das assinaturas, na forma do parágrafo 2º do mesmo dispositivo. 2. Os acionistas tomaram conhecimento da carta de renúncia apresentada pelo Sr. **Pedro Jorge Filho**, em 19 de dezembro de 2018, ao cargo de Diretor Superintendente que exerce nesta Companhia, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018. O Sr. Pedro Jorge Filho ressaltou que a renúncia apresentada surtirá efeitos a partir de 31 de dezembro de 2018, data em que não exercerá mais as atividades relacionadas ao cargo de Diretor Superintendente. 2.1. Diante da carta de renúncia apresentada, os acionistas externaram votos de agradecimento pela dedicação do Diretor Superintendente, que ora renuncia, no desempenho de suas funções. 3. Em decorrência da renúncia mencionada no item 2 acima, os acionistas aprovam a eleição do Sr. **Tabajara Bertelli Costa**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.304.700-2-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 127.682.738-56, para o cargo de Diretor Superintendente da Companhia a partir desta data. O mandato do Diretor ora eleito iniciar-se-á nesta data, mediante assinatura do termo de posse. 3.1. O mandato do Sr. Tabajara Bertelli Costa como Diretor Superintendente iniciar-se-á nesta data e vigorará pelo prazo remanescente dos demais membros da Diretoria em exercício, qual seja, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2020, que examinará os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. 3.2. Consultado anteriormente, o Sr. Tabajara Bertelli Costa declara que (a) não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado; (b) não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado em que atua; e (c) não tem interesse conflitante com a Companhia, de acordo com o artigo 147 da Lei nº 6.404/76. 4. Em razão das deliberações constantes nos itens acima, os acionistas ratificam a atual composição da Diretoria da Companhia: **Como Diretor Superintendente:** · **Tabajara Bertelli Costa**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.304.700-2-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 127.682.738-56. **Como Diretores:** · **André Luiz Pedro Bregion**, brasileiro, casado, engenheiro industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.869.827-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 091.696.928-23; · **Aurélio Antonio Mendes Ferreira**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.243.387-4 e inscrito no CPF sob o nº 074.620.588-04; · **Caroline Pepe dos Santos Leonard**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.599.374-1 e inscrita no CPF sob o nº 255.776.668-21. · **José Vianna Sampaio Neto**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 0572806574 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 888.986.105-30; · **Guilherme Simão Darezzo Netto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade nº 30.151.470-7 e inscrito no CPF sob o nº 278.422.258-69; e · **Ricardo Colpo**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 30.651.302-74 e inscrito no CPF sob o nº 951.645.020-20; 4.1. Todos os Diretores possuem endereço profissional na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 6º andar, na Cidade e Estado de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. aa) **Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.**, na qualidade de acionista; **Aurélio Antonio Mendes Ferreira**, na qualidade de Diretor e Presidente da Mesa; e **Caroline Pepe dos Santos Leonard**, na qualidade de Diretora e Secretária da Mesa. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Caroline Pepe dos Santos Leonard** - Secretária da Mesa. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o Registro sob o número 55.372/19-3 em 24.01.2019. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Osvaldo, Fernandes S/A. Artes Gráficas

CNPJ nº 61.407.060/0001-18 - NIRE 35300063341

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 31 de agosto de 2018

Aos trinta e um dias do mês de agosto de 2018, às 10:00 (dez) horas, em sua sede social sita na Estrada da Aldeinha, nº 421, em Alphonville, CEP.06465-100, no município de Barueri, Estado de São Paulo, reuniram-se os acionistas da **Osvaldo, Fernandes S/A. Artes Gráficas**, em Assembleia Geral Extraordinária, representando a totalidade do capital social da empresa, convocados por carta, configurando-se a Assembleia perfeitamente regular consoante o previsto no § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Por aclamação unânime dos acionistas assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Patrícia Beltran Fernandes, que convidou a mim Nelson Fernandes, para servir como Secretário, ficando assim composta a mesa dirigente dos trabalhos. A seguir, o senhor Presidente verificando pelas assinaturas lançadas no Livro Registro de Presença de Acionistas, o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social, declarou aberta a sessão e determinou a leitura da pauta que consubstancia a ordem do dia, a fim de discutirem e deliberarem sobre o seguinte: (a) Exame, leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, do balanço patrimonial e respectivas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; (b) - Destinação do Resultado do Exercício; (c) - Outros assuntos de interesse da sociedade. Achem-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, os documentos de que trata o artigo 131, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, com as alterações posteriores. Barueri, 07 de agosto de 2018. **Patrícia Beltran Fernandes** - Diretor Presidente. Encerrada a leitura e, de acordo com a ordem do dia, a Sra. Presidente apresentou à deliberação dos acionistas o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Financeiras pertinentes, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, informando ainda que os referidos documentos foram publicados simultaneamente no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Empresas & Negócios, da Capital de São Paulo, edição de 27 de julho de 2018. Examinados, discutidos e a seguir submetidos à votação, foram os referidos documentos aprovados à unanimidade, sem restrições. Dando sequência, a Sra. Presidente propôs aos acionistas a distribuição de dividendos com base nos lucros líquidos apurados no exercício findo em 31/12/2017, que inclui parte de lucros de exercícios anteriores, submetendo a proposta à discussão e votação, verificando-se que a mesma foi aprovada por unanimidade, ficando a diretoria autorizada a proceder o pagamento da quantia de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), a título de dividendos aos acionistas em 12 (doze) parcelas, iguais, mensais e sucessivas, ininterruptamente, vencida a primeira em 1º/04/2018, e as demais, no mesmo dia dos meses subsequentes, vencendo-se a última em 1º/03/2019. Encerrando-se os assuntos a serem tratados, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestasse deu por encerrados os trabalhos, sendo que decorrido o tempo necessário, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada foi assinada pelos acionistas e membros da mesa diretiva. Declaramos estar conforme o original. **Patrícia Beltran Fernandes** - Presidente; **Nelson Fernandes** - Secretário. Acionistas: Patrícia Beltran Fernandes; Nelson Fernandes; Odila de Camargo Fernandes; Ivone Beltran Fernandes; Ivani Regina Camargo Fernandes; Sioni Camargo Fernandes; Sueli Camargo Fernandes Fonseca; Carlos Francisco Fernandes Júnior; Wagner Vaner Salvatico; Coraci Gallo Barbosa; Maurício Beltran Fernandes; Ronaldo Beltran Fernandes; Declaramos estar conforme o original. **Patrícia Beltran Fernandes** - Presidente; **Nelson Fernandes** - Secretário. Visto do advogado para os efeitos da Lei nº 8.906/94 - artigo 1º: Prof. **Francisco Moreno Corrêa** - Advogado OAB.SP. nº 30.191. JUCESP nº 581.671/18-1 em 13/12/2018.

autoridade certificadora oficial



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



GOVERNO DO ESTADO

documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 7 de fevereiro de 2019 às 01:49:46.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ/MF nº 61.602.199/0001-12 - NIRE 35.300.030.401

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: 30 de abril de 2019, às 14 horas, na sede social da Companhia Ultragaz S.A. (“Companhia” ou “Cia. Ultragaz”), localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, Bela Vista, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910. **Presença:** Compareceram à Assembleia: (i) acionistas titulares de mais de 3/4 (três quartos) das ações que compõem o capital social; (ii) os Diretores da Companhia; e (iii) Sr. Wagner Bottino, inscrito no CRC sob o nº 1SP196907/O-7, representando a empresa KPMG Auditores Independentes, auditoria independente da Companhia. **Publicações:** **Aviso aos Acionistas:** Dispensada a publicação tendo em vista a publicação dos documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no “Diário Comércio Indústria & Serviços” no dia 29 de março de 2019. **Editais de Convocação:** Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições de 19, 23 e 24 de abril de 2019 e no jornal “Diário Comércio Indústria & Serviços” nas edições de 19, 23 e 24 de abril de 2019. **Mesa:** Tabajara Bertelli Costa - Presidente. Caroline Pepe dos Santos Leonard - Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações:** Preliminarmente, foi autorizada, pelo voto dos acionistas presentes, de forma unânime, a lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme dispõe o artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovar, com a abstenção dos legalmente impedidos, nos termos do artigo 134, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, sem emendas ou ressalvas, o relatório e as contas dos administradores da Companhia, as demonstrações financeiras, além do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. 2. Aprovar a destinação do prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, cujo montante foi de R\$ 48.926.951,59 (quarenta e oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e um Reais e cinquenta e nove centavos) para registro na conta de prejuízos acumulados. 2.1. Conforme previsto no artigo 202, parágrafo 5º da Lei das S.A., aprovar a absorção parcial do prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, contra a reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos, constituída no exercício de 2017, no montante de R\$ 25.011.310,69 (vinte e cinco milhões, onze mil, trezentos e dez Reais e sessenta e nove centavos). 3. Aprovar, sem emendas ou ressalvas, o limite máximo global anual para a remuneração dos Diretores de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de Reais). **Em Assembleia Geral Extraordinária** - 4. Aprovar, sem emendas ou ressalvas, alteração da nomenclatura do cargo de “Diretor Superintendente” para “Presidente”, passando o caput do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: **“artigo 12 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, 8 (oito) membros, todos residentes e domiciliados no país, podendo ser acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, sendo necessariamente um Presidente e os demais sem designação específica.”** 4.1. Em decorrência da aprovação acima, fica aprovado a adaptação do Estatuto Social para substituir a nomenclatura do cargo nos demais artigos. 5. Tendo em vista a aprovação das deliberações constantes dos itens acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, com as adaptações cabíveis, o qual passa a fazer parte deste instrumento como seu **Anexo I**. 6. Ficam, neste ato, os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos indispensáveis e a assinatura de todos os documentos necessários às deliberações anteriores. **Observações:** O Presidente da Mesa informou que todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. aa) **Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.**, na qualidade de acionista; **Tabajara Bertelli Costa**, na qualidade de Presidente e Presidente da Mesa; e **Caroline Pepe dos Santos Leonard**, na qualidade de Diretora e Secretária da Mesa e **Wagner Bottino**, inscrito no CRC sob o nº 1SP196907/O-7, auditor da empresa KPMG Auditores Independentes. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Caroline Pepe dos Santos Leonard** - Secretária da Mesa. Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o Registro sob o número 398.596/19-0 em 24.07.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social - Companhia Ultragaz S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - artigo 1º** - A Companhia Ultragaz S.A. reger-se-á por este Estatuto e Disposições Legais que lhe forem aplicáveis. **artigo 2º** - A Sociedade tem sua sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, podendo a Diretoria abrir ou extinguir filiais em outras cidades do País. **artigo 3º** - A Companhia tem como objeto social: (i) distribuição, assim entendido o armazenamento, manipulação, engarrafamento e comércio no atacado e varejo, de qualquer gás, em especial, mas não se limitando ao GLP, aparelhos transportadores, reguladores de pressão e quaisquer outros equipamentos e materiais, necessários ao transporte e distribuição de gases e ao seu uso, bem como a industrialização de tais aparelhos e a comercialização de hidrocarbonetos e éteres; (ii) importação e exportação de qualquer gás, em especial, mas não se limitando ao GLP, aparelhos transportadores, reguladores de pressão e quaisquer outros equipamentos e materiais, necessários ao transporte e distribuição de gases e ao seu uso, bem como a industrialização de tais aparelhos e a comercialização de hidrocarbonetos e éteres; (iii) o comércio e a indústria de produtos alimentares e bebidas, naturais ou industrializados; de produtos de higiene, limpeza e perfumaria; de equipamentos eletroeletrônicos, utensílios e materiais de consumo, para uso doméstico; de livros, jornais e revistas, bem como qualquer outro produto relacionado à sua atividade, no atacado ou no varejo, através da criação e operação de estabelecimentos comerciais destinados a funcionar como lojas de conveniência, minimercados, lanchonetes, bar, fast food, sob a forma padronizada e a cessão de sua exploração a terceiros; (iv) toda e qualquer prestação de serviço relacionada à distribuição de qualquer gás, em especial, montagens e instalações de equipamentos para viabilizar o uso do gás, manutenção preventiva e corretiva dos mesmos e de demais equipamentos e máquinas destinados à distribuição e uso do referido gás; (v) prestação de serviços de apoio técnico e consultoria administrativa, comercial e de marketing, em especial, mas não se limitando aos serviços de otimização de consumo de energia, bem como leitura individualizada, em instalações industriais, comerciais, agrícolas ou residenciais e para a operação de estabelecimentos comerciais sob a forma padronizada, entre outros sob a forma de contrato de franquias e/ou cessão de uso de marca; (vi) prestação a terceiros de serviços técnicos relacionados com as especialidades a que se dedica; (vii) prestação de serviços de intermediação de negócios, em especial, mas não se limitando, aos serviços de distribuição de bens de terceiros e representação de qualquer natureza, inclusive comercial; e (viii) prestação de serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, como correspondente bancário e assemelhados, assim como qualquer prestação de serviços permitido por lei. Parágrafo Único - A Companhia poderá, também, participar como acionista, sócia ou a qualquer outro título, em empreendimentos comerciais ou industriais. **artigo 4º** - A companhia terá duração por prazo indeterminado. **Capítulo II - Capital e Ações - artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 1.010.919.546,75 (um bilhão, dez milhões, novecentos e dezenove mil, quinhentos e quarenta e seis Reais e setenta e cinco centavos), divididas em 3.182.538.210 (três bilhões, cento e oitenta e dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil, duzentas e dez) ações, sendo 3.135.528.856 (três bilhões, cento e trinta e cinco milhões, quinhentas e vinte e oito mil, oitocentas e cinquenta e seis) ações ordinárias e 47.009.354 (quarenta e sete milhões, nove mil, trezentas e cinquenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 0,31764569 por ação. **§ Único** - Os desdobramentos e unificações de títulos múltiplos serão procedidos por solicitação do acionista, que suportará as respectivas despesas de custo. **artigo 6º** - As ações preferenciais gozarão das seguintes vantagens: (i) prioridade na distribuição de um dividendo fixo de 8% (oito por cento) ao ano sobre o seu valor nominal. Esse dividendo será acrescido de até mais 4% (quatro por cento) do valor nominal das ações preferenciais, na

conformidade do que o saldo remanescente do lucro do exercício comportar; (ii) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia. **artigo 7º** - As ações preferenciais não gozarão do direito a voto, salvo se não tiverem recebido dividendos durante três exercícios consecutivos. **Capítulo III - Assembleias Gerais - artigo 8º** - A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. **artigo 9º** - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, salvo as exceções previstas em lei, instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto. Em segunda convocação, instalar-se-ão com qualquer número de presentes. **artigo 10** - A Assembleia Geral será dirigida por uma mesa composta por um Presidente e um Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **artigo 11** - Além das matérias previstas em lei, caberá à Assembleia Geral: (i) eleger e destituir os diretores da Companhia, definindo as suas atribuições, designando seus respectivos cargos e fixando a remuneração global a qual farão jus; (ii) tomar as contas dos diretores, deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas e sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) deliberar sobre aumento do capital social e emissão de ações, estabelecendo, inclusive, as suas condições; (iv) deliberar sobre o resgate, amortização, desdobramento, grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) deliberar sobre a redução do capital social; (vi) deliberar sobre qualquer reforma do estatuto social da Companhia; (vii) deliberar sobre qualquer fusão, cisão, transformação e/ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como a transferência de ativos que resulte na descontinuidade das atividades da Companhia; (viii) deliberar sobre pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou requerimento de falência da Companhia; (ix) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, bem como eleger o liquidante; e (x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **Capítulo IV - Administração - artigo 12** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, 8 (oito) membros, todos residentes e domiciliados no país, podendo ser acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, sendo necessariamente um Presidente e os demais sem designação específica. **§ 1º** - A investidura no cargo far-se-á mediante assinatura do termo lavrado no livro de Atas de Reuniões de Diretoria. **§ 2º** - O prazo de gestão dos diretores, que continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **artigo 13** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação de metade dos membros eleitos, podendo o diretor temporariamente impedido ou ausente fazer-se representar, mediante indicação escrita, por outro diretor, quer para a votação, quer para complementar o “quórum” de presença estabelecido nesse artigo. **§ 1º** - Das deliberações tomadas pela Diretoria, lavrar-se-á ata em livro próprio, que será arquivada no registro do comércio e publicada, quando tiver deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **§ 2º** - Caberá ao Presidente, além de seu voto, o voto de desempate. **artigo 14** - Observado o disposto nos artigos seguintes, a Diretoria terá as atribuições que a lei lhe outorga para realizar os objetivos sociais e assegurar o funcionamento regular da Companhia, sendo esta representada: (a) por 2 (dois) diretores em conjunto; (b) por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) por (2) dois procuradores com poderes especiais. **artigo 15** - Caberá, também, à Diretoria, além das matérias legais: (i) convocar, por qualquer de seus membros, as Assembleias Gerais da Companhia, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; (ii) definir o esquema organizacional da Companhia, adotando uma estrutura organizacional eficiente, composta por profissionais qualificados e de reputação ilibada; (iii) decidir sobre a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e escritórios dentro do território nacional; (iv) a qualquer tempo, determinar a elaboração de balanços referentes a qualquer período de tempo e aprovar a distribuição de dividendos, intermediários ou intercalares, à conta do lucro apurado nos referidos balanços ou de lucros acumulados ou reservas de lucros, *ad referendum* da assembleia geral; (v) propor à Assembleia Geral a dissolução ou liquidação da Companhia, ou ainda, reforma do Estatuto Social, fusão, cisão ou incorporação sob qualquer modalidade; (vi) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (vii) representar a Companhia, ativa e passivamente, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral; e (viii) prestar contas a todos os acionistas. **artigo 16** - Compete isoladamente ao Presidente as seguintes atribuições: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) representar a Companhia em Juízo, ativa ou passivamente; (iii) supervisionar e coordenar atividades e deveres dos demais diretores; (iv) gerir e administrar todos os negócios e atividades da Companhia, cumprir as determinações do Estatuto Social, as decisões da Assembleia Geral de Acionistas e da Diretoria; e (v) propor a remuneração global dos diretores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas. **artigo 17** - Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte: (i) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 (sessenta) dias, do Presidente, caberá aos diretores, eleger seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Presidente até o retorno deste; e (ii) em caso de vacância permanente de qualquer diretor, seu cargo permanecerá vago até a próxima Assembleia Geral. **artigo 18** - Compete aos diretores cooperar com o Presidente no desempenho de suas atribuições. Para esse fim, poderão ser designados, em conjunto ou separadamente, para supervisionar atividades específicas de interesse da Companhia. **artigo 19** - A Companhia poderá, mediante assinatura conjunta de 2 (dois) de seus diretores, constituir mandatários, especificando na procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula *ad judicium* cuja validade poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo V - Conselho Fiscal - artigo 20** - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, entre acionistas ou não, podendo ser reeleitos. **artigo 21** - O Conselho Fiscal funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto. **§ Único** - A eleição, o funcionamento, a remuneração, a competência e os deveres e responsabilidades do Conselho Fiscal obedecerão ao disposto nos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Capítulo VI - Exercício Social e Balanços - artigo 22** - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **artigo 23** - Em 31 de dezembro de cada ano serão levantados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras. Dos lucros líquidos então apurados, serão deduzidos: (i) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) a parcela necessária ao pagamento do dividendo assegurado neste estatuto às ações preferenciais; (iii) a importância que permita o pagamento de um dividendo de 12% (doze por cento) ao ano sobre o seu valor nominal às ações ordinárias, ou se insuficientes para tal pagamento os resultados, o maior dividendo que o lucro remanescente do exercício comportar; e (iv) o saldo do lucro se houver, ficará à disposição da Assembleia Geral, que poderá determinar a distribuição de dividendo adicional, a constituição de reservas facultativas ou sua manutenção como lucros acumulados. **§ 1º** - O dividendo previsto nas alíneas “ii” e “iii” deste artigo não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, calculados sobre o lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e compensados quaisquer dividendos pagos no exercício. **artigo 24** - Prescreverão em favor da Sociedade os dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido à disposição do acionista. **Capítulo VII - Liquidação - artigo 25** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. **§ Único** - A Assembleia Geral determinará o modo de liquidação e nomeará o liquidante que funcionará no período de liquidação.

e-negócios públicos Diário Oficial

Pesquise gratuitamente as licitações e negócios públicos do Estado

- Busca fácil e objetiva das **licitações**;
- Consulta às **leis e decretos** sobre as contratações;
- E muito mais: concorrências, concursos, convites, dispensas, inexigibilidades, leilões, pregões e tomadas de preços.

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos



imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TORONTO S.A. - DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES

CNPJ 31.485.344/0001-61 - NIRE 35.300.521.927-Companhia Fechada
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 10.08.2020
1. Data, Hora e Local: Em 10.08.2020, às 10h00, na sede da Toronto S.A. - Desenvolvimento e Participações, (“**Companhia**”), localizada na Avenida Paulista, nº 2.300, 6º andar, conjunto 62, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01310-300. **2. Presença:** Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 (“**LSA**”), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no “Livro de Registro de Presença de Acionistas”. **3. Convocação e Publicações Prévias:** **(i)** Os avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 e § 4º do artigo 133 da LSA; e **(ii)** o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, foram publicados no dia 07.08.2020, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, página 03 e no Jornal “O Dia”, página 06. **4. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luís Augusto Valença de Oliveira e o Sr. Fábio Russo Corrêa, como secretário. **5. Leitura dos Documentos:** Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, por serem do conhecimento geral. **6. Ordem do Dia:** **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2019; **(ii)** deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2020; **(iii)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2019; **(iv)** reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** fixar a verba global para a remuneração dos administradores, nos termos do artigo 152 da LSA; **(vi)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; e **(vii)** ratificar a alteração do jornal de publicação dos atos da Companhia. **7. Deliberações:** As Acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates, aprovaram: **7.1.** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **7.2.** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, publicados conforme o item “Convocação e Publicações Prévias” acima, já devidamente auditados pela KPMG Auditores Independentes, conforme Relatório dos Auditores Independentes datado de 06.08.2020; **7.3.** O orçamento de capital para o exercício de 2020, no valor de R\$ 2.190.999,96; **7.4.** Considerando que há prejuízos apurados nas Demonstrações Financeiras do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2019, a deliberação sobre a destinação dos resultados ficou prejudicada, não havendo qualquer distribuição; **7.5.** A reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os Senhores: **(1) Luís Augusto Valença de Oliveira**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, RG nº 02.228.228-99 SSP/BA, CPF/MF nº 254.751.935-68, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, e seu respectivo membro suplente **Marco Antonio Souza Cauduro**, brasileiro, casado, economista, RG nº 22638757-4 SSP/SP, CPF/MF nº 272.647.628-74, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; **(2) Eduardo Siqueira Moraes Camargo**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, RG nº 23.818.436-5 SSP/SP, CPF/MF nº 148.195.698-13, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, e seu respectivo membro suplente **Eduardo de Toledo**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, RG nº 4.358.259-X SSP/SP, CPF/MF nº 103.264.958-51, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; **(3) Andre Luis Pereira Costa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro da computação, RG nº 25698284 SSP/SP, CPF/MF nº 281.775.618-55, com endereço profissional na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bloco E, Retiro, Jundiaí/SP, e seu respectivo membro suplente **Cristiane Alexandra Lopes Gomes**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, RG nº 22.436.934-9 SSP/SP, CPF/MF nº 120.775.978-36, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; **(4) Fábio Russo Corrêa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, RG nº 16830471 SSP/SP, CPF/MF nº 014.930.467-64, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, e seu respectivo membro suplente **Igor de Castro Camillo**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, RG nº 11625227-1 IFF/RJ, CPF/MF nº 090.464.367-05, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; e **(5) Libano Miranda Barroso**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, RG nº 56.555.555-8 SSP/SP, CPF/MF nº 421.016.386-49, e seu respectivo membro suplente **Lúcio Otávio Ferreira**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, RG nº M-2.554.754 SSP/MG, CPF/MF nº 559.069.076-53, ambos com endereço profissional na Avenida Niemeyer, nº 2, Edifício Leblon Office, Lojas 212 e 213, Vidigal, Rio de Janeiro/RJ. Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos, com mandato de 02 anos, que se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2022, permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos, a serem eleitos na referida assembleia. Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos declaram terem conhecimento do artigo 147 da LSA e alterações posteriores e, consequentemente, não estarem incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declarações de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia. As Acionistas aprovaram, ainda, a reeleição do Sr. **Luís Augusto Valença de Oliveira**, para ocupar a função de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **7.6.** A verba global e anual para remuneração dos membros da Administração da Companhia de até R\$ 2.200.000,00, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais e de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2020, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciaram, nesta data, à remuneração anual; **7.7.** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 15 do Estatuto Social; e **7.8.** Ratificar a alteração do jornal de publicação dos atos da Companhia, que face a descontinuidade da circulação e o encerramento das atividades do DCI Diário Comércio Indústria & Serviços - SP (“**DCI-SP**”) a partir de 23.09.2019, as publicações legais da Companhia anteriormente publicadas no DCI-SP passaram a ser realizadas no Jornal O Dia, na forma da lei. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no § 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 10.08.2020. **Assinaturas:** Luís Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e, Fábio Russo Corrêa, Secretário. **Acionistas: (1) CIIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços**, representada pelo Sr. Eduardo de Toledo; e **(2) J2L Participações Ltda.**, pelo Sr. Lúcio Otávio Ferreira. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº 02, às folhas 25 a 28. *Luís Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Fábio Russo Corrêa - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 356.798/20-3 em 04.09.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TECNISA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.065.557/0001-12 - NIRE 35.300.331.613
CVM nº 02043-5

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em Segunda Chamada em 24 de Setembro de 2020

O Conselho de Administração da **TECNISA S.A.** (“**Companhia**”) vem, por meio da presente, em atendimento ao artigo 123, “c”, da Lei 6.404/76, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), à Instrução CVM nº 627/20, e à Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada (“**ICVM 481/09**”), e em vista do requerimento para convocação de assembleia geral extraordinária enviada à Companhia em 18 de agosto de 2020 por Bergamo Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (CNPJ nº 33.342.018/0001-20) (“**Bergamo Fundo**”), cujas cotas são integralmente de titularidade da Gafisa S.A. (CNPJ nº 01.545.826/0001-07) (“**Gafisa**”), conforme informado pela Companhia por meio de Fato Relevante de 19 de agosto de 2020, convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária (“**Assembleia**”), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 24 de setembro de 2020, às 15 horas, de maneira exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia, conforme Edital de Convocação publicado em 25 de agosto de 2020: (i) a proposta de Bergamo Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (CNPJ nº 33.342.018/0001-20) (“**Bergamo Fundo**”) para a substituição dos dispositivos estatutários (poison pill) que coíbem a aquisição de participação relevante na Companhia, bem como para a alteração de regras relativas à alienação do controle acionário, ao cancelamento do registro de companhia aberta e à saída do segmento do Novo Mercado da B3 e outras regras relacionadas a hipóteses e realização de ofertas públicas de aquisição de ações, com alterações do artigo 35 a 47 do Estatuto Social e consequentes renunerações; (ii) a proposta de Bergamo Fundo para o aumento do capital social no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com delegação ao Conselho de Administração dos poderes para definir os critérios e parâmetros para realização do referido aumento de capital social, bem como a contratação de avaliadores, instituições financeiras, coordenadores e outros assessores que eventualmente sejam necessários para fins do aumento de capital social; (iii) a proposta de Bergamo Fundo para o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 200.000.000 (duzentas milhões) de ações ordinárias, com a alteração do artigo 6º, *caput*, do Estatuto Social; e (iv) a proposta de Bergamo Fundo para a criação de Comitê de Boas Práticas Corporativas estatutário, com a inclusão de novos artigos 20 e 21 no Estatuto Social. Para participação na Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, o qual deverá ser impreritavelmente recebido pela Companhia até o dia 22 de setembro de 2020, por meio do endereço eletrônico ri@tecnisa.com.br (“**Cadastro**”). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Válida a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. O sistema eletrônico e a forma de acesso será a mesma contida no aviso aos acionistas publicado pela Companhia em 4 de setembro de 2020. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@tecnisa.com.br, com até, no máximo, 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., e do artigo 10, § 4º do Estatuto Social da Companhia, e em linha com as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência, para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) documento de identidade e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (b) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral; (c) instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante, em caso de participação por meio de representante; e (d) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Vale destacar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A.; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, j. 4.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e na página eletrônica da Companhia na rede mundial de computadores (www.tecnisa.com.br/ri), tendo também sido enviados à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. São Paulo, 11 de setembro de 2020. **Meyer Joseph Nigri** - Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ Nº 61.602.199/0001-12 - NIRE 35.300.030.401
Ata da Assembleia Geral Ordinária

Realizada em: 30/04/2020. **Certidão:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o Registro sob o número 356.923/20-4 em 03.09.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Multiner S.A.

CNPJ 08.935.054/0001-50 – NIRE 35300504127

Ata da AGO realizada em 9/6/2020

Data, hora e local: 9/6/2020, 10h, virtualmente, por meio de videoconferência, na sede da Companhia. **Convocação e presença:** Edital de convocação publicado nos jornais “DOESP” e “Gazeta de S. Paulo”, ambos nas edições de 20, 23 e 27.5.2020, estando presentes Acionistas representando 100% do capital social com direito a voto. **Mesa:** Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, Presidente; Leonardo Barros Corrêa de Araújo, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia:** **1.** Com relação ao item “(i)” da ordem do dia, os Acionistas deliberaram, pela maioria dos votos válidos, registrada a rejeição deste item constante da ordem do dia por parte da acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, **aprovar** as contas dos administradores, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Os Acionistas Brasilterm Energia S.A. e a Bolognesi Energia S.A. apresentaram conjuntamente voto por escrito em relação a matéria e a acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia também apresentou voto por escrito; **2.** Com relação ao item “(ii)” da ordem do dia, os Acionistas deliberaram, pela maioria dos votos válidos, registrada a rejeição deste item constante da ordem do dia por parte da acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, **aprovar** a destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31/12/2019, no valor de R\$32,249 milhões, para a conta de prejuízos acumulados. Os acionistas Brasilterm Energia S.A. e a Bolognesi Energia S.A. apresentaram conjuntamente voto por escrito em relação a matéria e a acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia também apresentou voto por escrito; **3.** Com relação ao item “(iii)” da ordem do dia, os Acionistas deliberaram: **(a)** No que tange aos conselheiros indicados pelos acionistas Brasilterm Energia S.A. e a Bolognesi Energia S.A., abstendo-se de votar o Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, foi **aprovalida**, por unanimidade dos acionistas votantes, a reeleição dos conselheiros abaixo mencionados, para exercício do mandato de (i) 1 ano, contado da data desta AGO, ou (ii) até a AGO a ser realizada no exercício de 2021: **(i)** como **Conselheiro Titular, Fernando Chein Muniz**, CREA-GO 6443 e CPF 548.743.511-15; **(ii)** como **Conselheira Titular, Chiara Sonogo Bolognesi Gargano**, RG 2033482791 SSP-RS e CPF 826.383.730-87; **(iii)** como **Conselheiro Titular, Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno**, RG 24.216.344-0 SSP/SP e CPF 248.520.578-77. **(b)** No que tange aos conselheiros indicados pelo acionista Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, abstendo-se de votar os acionistas Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A., nos termos da sua manifestação por escrito apresentada, foi **aprovalida**, por unanimidade dos acionistas votantes, a reeleição dos conselheiros abaixo mencionados, para exercício do mandato de (i) 1 ano, contado da data da AGO, ou (ii) até a AGO a ser realizada no exercício de 2021: **(i)** como **Conselheiro Titular, Carlos Eduardo Lessa Brandão**, RG 3.951.096 IFF/RJ e CPF 797.788.527-15; e seu **Conselheiro Suplente, Carlos Alberto Ercolin**, RG 9.194.914-2 e CPF 011.681.358/00; **(ii)** como **Conselheiro Titular, Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda**, RG 129.953.519 DIC/RJ e CPF 054.670.017-95. **(c)** Em virtude das reeleições ora aprovadas, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto por: **(i) Fernando Chein Muniz**, como **membro titular**; **(ii) Chiara Sonogo Bolognesi Gargano**, como **membro titular**; **(iii) Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno**, como **membro titular**; **(iv) Carlos Eduardo Lessa Brandão**, como **membro titular**; e respectivo **membro suplente, Carlos Alberto Ercolin**; e **(v) Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda**, como **membro titular**; todos para o exercício do mandato de 1 ano, contado da data desta AGO, ou até a AGO a ser realizada no exercício de 2021. **4.** Com relação ao item “(iv)” da ordem do dia, os Acionistas deliberaram: **(a)** No que tange aos conselheiros indicados pelos acionistas Brasilterm Energia S.A. e a Bolognesi Energia S.A., abstendo-se de votar o Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, foi **aprovalida**, por unanimidade dos acionistas votantes, a reeleição dos conselheiros abaixo mencionados, para exercício do mandato de (i) 1 ano, contado da data desta AGO, ou (ii) até a AGO a ser realizada no exercício de 2021: **(i)** como **membro efetivo, Cláudia Almeida Santos Franqueira**, RG 6.122.933 SSP/MG e CPF 818.542.856-53; **(ii)** como **membro efetivo, Fábio Antônio Pereira**, RG 13.525.806-6 SSP/SP e CPF 105.056.268-29. **(b)** No que tange aos conselheiros indicados pelo acionista Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, foi **aprovalida**, por unanimidade dos acionistas votantes, observada a manifestação por escrito apresentada pelos acionistas Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. com suas ressalvas às indicações do Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, a reeleição dos conselheiros abaixo mencionados, para exercício do mandato de (i) 1 ano, contado da data desta AGO, ou (ii) até a AGO a ser realizada no exercício de 2021: **(i)** como **membro efetivo, Eduardo Georges Chehab**, RG 6231738-6 DEIC/SP e CPF 013.810.648-76; e **(ii)** como **membro efetivo, Geraldo Ferreira dos Santos**, RG 693.811 SSP/MG e CPF 265.834.106-72. **(c)** Em virtude das eleições e reeleições ora aprovadas, o Conselho Fiscal da Companhia passa a ser composto por: **(i) Cláudia Almeida Santos Franqueira**, como **membro efetivo**; **(ii) Fábio Antônio Pereira**, como **membro efetivo**; **(iii) Eduardo Georges Chehab**, como **membro efetivo**; **(iv) Geraldo Ferreira dos Santos**, como **membro efetivo**; todos para o exercício do mandato de 1 ano, contado da data da AGO, ou até a AGO a ser realizada no exercício de 2021. **5.** Com relação ao item “(v)” da ordem do dia, os Acionistas deliberaram, por maioria dos votos válidos, **aprovar** a remuneração dos membros da Administração e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020, conforme a seguir: **(a)** verba global anual para o Conselho de Administração de até R\$720.000,00; **(b)** verba global anual para o Conselho Fiscal de até R\$386.000,00, respeitado o limite mínimo em lei; e **(c)** verba global anual para a Diretoria da Companhia de até R\$2.275.261,78. **6.** Os acionistas Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, Brasilterm Energia S.A. e a Bolognesi Energia S.A. apresentaram manifestações de voto em apartado para todas as matérias constantes da ordem do dia, as quais foram enviadas por e-mails à Mesa – que respondeu os e-mails com indicação de recebimento. **7.** Fica registrado que os materiais pertinentes às matérias constantes da ordem do dia serão arquivados na sede da Companhia. **8.** Por unanimidade de votos dos presentes foi autorizada a administração da Companhia, a praticar todos os atos necessários para implementar o deliberado na presente AGO. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata. São Paulo, 09/06/2020. **Mesa:** Rodrigo Rocha Monteiro de Castro – Presidente; Leonardo Barros Corrêa de Araújo – Secretário. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 358.613/20-6 em 04/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Nenufares Participações S.A.

CNPJ/MF nº 00.399.015/0001-74 - NIRE 353.0037922-5
Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/04/2020

Data, Hora e Local: 22.04.2020, às 11:00hs., na sede social, na Avenida Paulista, 352, 10º andar, sala 104-B, nesta Capital. **Convocação:** edital encaminhado nos endereços das residências dos acionistas, com antecedência legal. **Presença:** a unanimidade dos acionistas, representando portanto 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto. **Composição da Mesa:** Presidente: Guilherme Azevedo Soares Giorgi; Secretário: Thalles Siqueira Martins. **Forma da Ata:** a assembleia deliberou, por unanimidade, lavrar a ata na forma sumária do Artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** os acionistas, por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, deliberaram: 1. aprovar o relatório da administração, balanço e contas do exercício social findo em 31.12.19, publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Empresas & Negócios, ambos edição de 10/04/2020, tendo os acionistas sido avisados de que referidos documentos se encontravam à disposição através de correspondências encaminhadas aos mesmos nos endereços das suas residências, com a antecedência legal; 2. fixar em 0,00 (zero) o valor global dos honorários mensais a serem percebidos pelos membros da Diretoria, a partir do corrente mês: **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a assembleia, da qual foi lavrada esta ata em forma sumária. São Paulo, 22 de abril de 2020. **(aa.) Guilherme Azevedo Soares Giorgi**, Presidente da Mesa; **Thalles Siqueira Martins**, Secretário. **Acionistas: Cia. Mascote de Empreendimentos**, p/ Guilherme Azevedo Soares Giorgi e Roberto Azevedo Soares Giorgi; e, **União Industrial e Mercantil Brasileira S.A.**, p/ Guilherme Azevedo Soares Giorgi e Rogério Giorgi Pagliari. A presente é cópia fiel da original. São Paulo, 22 de abril de 2020. **Guilherme Azevedo Soares Giorgi** - Presidente da Mesa; **Thalles Siqueira Martins** - Secretário. JUCESP nº 323.950/20-6 em 24/08/2020.





MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.

CNPJ 10.652.730/0001-20

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais)					
Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Circulante	260.349	177.919	Circulante	62.622	54.065
Caixa e equivalentes de caixa	125.377	48.045	Fornecedores e outras contas a pagar	22.236	14.932
Contas a receber de clientes	55.797	64.651	Imposto de renda e contribuição social correntes	4.691	-
Estoques	22.363	16.857	Impostos e contribuições a recolher	6.709	7.577
Impostos a recuperar	29.967	32.219	Obrigações trabalhistas a pagar	8.330	6.819
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.124	8.576	Receita diferida	16.186	11.711
Outras contas a receber	3.721	7.571	Provisões	4.470	13.026
Não circulante	103.830	95.583	Não circulante	252.320	203.794
Contas a receber de clientes	69.697	77.419	Fornecedores e outras contas a pagar	246.054	200.918
Depósitos judiciais	4.526	2.467	Provisões	6.266	2.876
Impostos a recuperar	47	90	Patrimônio líquido	49.237	15.643
Imobilizado	29.560	15.607	Capital social	95.708	95.708
			(Prejuízos) acumulados	(46.471)	(80.065)
Total do ativo	364.179	273.502	Total passivo e patrimônio líquido	364.179	273.502

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais)			
	Capital Social	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	95.708	(68.886)	26.822
Resultado do exercício	-	(11.179)	(11.179)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	95.708	(80.065)	15.643
Resultado do exercício	-	33.594	33.594
Saldo em 31 de dezembro de 2019	95.708	(46.471)	49.237

Luiz Fernando da Silva CRC 309063/O-3	Elton Borgonovo Presidente
---	--------------------------------------

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em		
31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais)		
	2019	2018
Receita operacional líquida	269.265	222.120
Custos dos produtos vendidos	(120.483)	(89.608)
Custos dos serviços prestados	(49.648)	(46.682)
Lucro bruto	99.134	85.830
Despesa de vendas	(20.278)	(3.194)
Despesas administrativas e gerais	(31.869)	(36.891)
Perdas por redução ao valor recuperável	(7.966)	(16.200)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(10.916)	7.936
Resultado antes das receitas (despesas)		
financeiras líquidas e impostos	28.105	37.481
Despesas financeiras	(71.276)	(91.632)
Receitas financeiras	70.128	42.972
Despesas financeiras líquidas	(1.148)	(48.660)
Resultado antes dos impostos	26.957	(11.179)
Imposto de renda e contribuição social	6.637	-
Resultado do exercício	33.594	(11.179)

**Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em
31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais)**

	2019	2018
Resultado do exercício	33.594	(11.179)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>33.594</u>	<u>(11.179)</u>

**Just Fit Participações
em Empreendimentos S.A.**

CNPJ/ME nº 16.738.149/0001-02 - NIRE 35.300.497.643

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 18.11.2019

Data, Hora, Local. 18.11.2019, às 10hs, na sede social, Rua Alexandre Dumas, 2.100, 12º andar, conjuntos 121 e 122, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensadas. **Mesa:** Presidente: Washington Umberto Cinel; Secretário: Alberto Costa Sousa Camões. **Deliberações: (A)** A realização da Emissão das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei das S.A. e do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sem Garantias Reais ou Fidejussórias, para Colocação Privada, da Just Fit Participações em Empreendimentos S.A." ("Escritura de Emissão") (Anexo I), a qual terá as características adiante especificadas e será emitida de acordo com as seguintes condições: **(a) Número da Emissão.** A presente Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da Companhia. **(b) Valor Total da Emissão.** O montante total da Emissão é de R\$ 30.000.000,00. **(c) Valor Nominal.** As Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 100.000,00 ("Valor Nominal Unitário"). **(d) Séries.** A Emissão das Debêntures será realizada em duas séries, sendo elas: Série 1 e Série 2 (em conjunto, "Séries"). **(e) Quantidade Total de Debêntures.** A quantidade total das Debêntures das Séries emitidas é de 300, sendo 200 Debêntures da Série 1 e 100 Debêntures da Série 2. **(f) Colocação.** As Debêntures serão emitidas para subscrição privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, não sendo objeto do registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07.12.1976, conforme alterada. **(g) Destinação dos Recursos.** Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados no curso ordinário dos negócios da Companhia, especialmente para financiar um plano de redução de custos e aumento de receitas da Companhia. **(h) Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures das Séries será 21.11.2019 ("Data de Emissão"). **(i) Conversibilidade e Formas das Debêntures.** No tocante à conversibilidade das Debêntures das Séries, as Debêntures da Série 1 e as Debêntures da Série 2 terão as seguintes distinções entre si, além de outras previstas na Escritura de Emissão: **(i) Série 1.** As Debêntures da Série 1 serão nominativas, conversíveis em ações preferenciais classe B, com direito irrestrito a voto, representativas do capital social da Companhia ("Ações Preferenciais Classe B") e **(ii) Série 2.** As Debêntures da Série 2 serão nominativas, conversíveis em ações preferenciais classe C, com direito irrestrito a voto, representativas do capital social da Companhia ("Ações Preferenciais Classe C") e, em conjunto com Ações Preferenciais Classe B, ("Ações Preferenciais"). **(j) Espécie e Garantia.** As Debêntures da Emissão não terão garantia real ou fidejussória; **(k) Comprovação da Titularidade das Debêntures.** A titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro dos nomes de seus titulares no livro de registro de debêntures aberto pela Companhia, registrado na JUCESP e arquivado na sede da Companhia. **(l) Prazo e Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de validade até o dia 31.12.2020 ("Prazo") e tornar-se-ão exigíveis 10 dias após o término do Prazo ou na data de um Evento de Liquidez Relevante, sem que tenha ocorrido uma Conversão, nos termos definidos e dispostos na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"). **(m) Remuneração das Debêntures.** O Valor Nominal das Debêntures de ambas as Séries será remunerado a uma taxa equivalente à variação anual correspondente a 100% das taxas médias diárias relativas a operações com Certificados de Depósitos Interbancários, divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("CDI"), acrescido de 6,5% ao ano (totalizando CDI + 6,5%), *pro rata temporis*, a partir da data das respectivas integralizações e até a data de efetivo pagamento ("Remuneração"). **(n) Forma de Integralização.** As Debêntures de ambas as Séries deverão ser integralizadas pelos debenturistas no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da Data da Emissão. **(o) Prazo para a Conversão das Debêntures.** As Debêntures das Séries poderão ser convertidas em Ações Preferenciais dentro do Período de Conversão Evento de Liquidez Relevante, conforme definido na Escritura de Emissão, observados os termos previstos na Escritura de Emissão; **(p) Outras características.** As demais características das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e serão negociadas pela Diretoria da Companhia. **(B)** A autorização aos diretores da Companhia para praticarem todos os atos e adotarem todas as providências necessárias para a implementação das matérias ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando à negociação e celebração da competente Escritura de Emissão das Debêntures, bem como a contratação dos assessores legais da Emissão. **Encerramento:** Nada mais. **Acionistas:** Lightstone Fund S.A. (p.p. Pedro Paulo Teixeira e Marcos Wilson Pereira); Stratus SCP Brasil Fund de Investimento em Participações, por sua gestora, Stratus Gestão de Carteiras Ltda.; Washington Umberto Cinel e Marco Antonio Souza de Lara. JUCESP nº 162.030/20-4 em 06.05.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

CNPJ Nº 61.602.199/0001-12 - NIRE 35.300.030.401

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e local: 30 de abril de 2020, às 14 horas, na sede social da Companhia Ultragaz S.A. ("Companhia" ou "Cia. Ultragaz"), localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, Bela Vista, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910. **Presença:** Compareceram à Assembleia:

(i) acionistas titulares de mais de 3/4 (três quartos) das ações que compõem o capital social; (ii) os Diretores da Companhia; e (iii) Sr. Márcio Serpejante e Peppe, inscrito no CRC sob o nº 1 SP233.011/O-8, representante da KPMG Auditores Independentes, Auditoria Independente da Companhia. **Publicações:** Aviso aos Acionistas: Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições de 28 de março de 2020 e no jornal "Empresas e Negócios" no dia 28 de março de 2020. Edital de Convocação: Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições de 18, 23 e 24 de abril de 2020 e no jornal "Empresas e Negócios" no dia 18, 21 e 23 de abril de 2020. **Mesa:** Tabajara Bertelli Costa - Presidente. Ana Paula Santoro Coria - Secretária.

Ordem do Dia e Deliberações: 1. Preliminarmente, foi autorizada, pelo voto dos acionistas presentes, de forma unânime, a lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme dispõe o artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. 2. Aprovar, com a abstenção dos legalmente impedidos, nos termos do artigo 134, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, sem emendas ou ressalvas, o relatório e as contas dos administradores da Companhia, as demonstrações financeiras, além do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. 3. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, cujo montante total foi de R\$ 142.576.793,55 (cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e três Reais e cinquenta e cinco centavos), nos seguintes termos: a. R\$ 5.937.728,67 (cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil, setecentos e vinte e oito Reais e sessenta e sete centavos) destinados a reserva legal; b. R\$ 71.024.966,40 (setenta e um milhões, vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e seis Reais e quarenta centavos) destinados à conta de reserva de lucros; c. R\$ 23.822.220,24 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte Reais e vinte e quatro centavos) destinados a conta de compensação de prejuízos acumulados; d. R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de Reais) destinados ao pagamento de dividendos intermediários; e. R\$ 1.791.878.244,00 (um milhão, setecentos e noventa e um mil, oitocentos e setenta e oito Reais, vinte e quatro centavos) foram destinados ao pagamento de dividendos propostos sobre o lucro do exercício, devidamente pagos aos acionistas titulares de ações preferenciais o valor de R\$ 0,038117 por ação, sem atualização ou correção monetária, de acordo com a deliberação em reunião de Diretoria realizada em 19 de fevereiro de 2020. 4. Eleger, para membros da Diretoria, as pessoas abaixo qualificadas, com mandato de dois anos, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2022 que examinar os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, pertinentes ao exercício social 2021: **Como Presidente:** • **Tabajara Bertelli Costa**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.304.700-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 127.682.738-56. **Como Diretores:** • **André Luiz Pedro Bregion**, brasileiro, casado, engenheiro industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.869.827-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 091.696.928-23; • **Aurélio Antonio Mendes Ferreira**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.243.387-4 e inscrito no CPF sob o nº 074.620.588-04; • **Ana Paula Santoro Coria**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 16.119.022-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 130.325.788-25; • **José Vianna Sampaio Neto**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 0572806574 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 888.986.105-30; • **Guilherme Simão Darezzo Netto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade nº 30.151.470-7 e inscrito no CPF sob o nº 278.422.258-69; e • **Ricardo Colpo**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 30.651.302-74 e inscrito no CPF sob o nº 951.645.020-20; 4.1. Todos os Diretores possuem endereço profissional na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, na Cidade e Estado de São Paulo. 5. Aprovar, sem emendas ou ressalvas, o limite máximo global anual para a remuneração dos administradores de até R\$ 16.200.000,00 (dezesseis milhões e duzentos mil Reais). **Observações:** O Presidente da Mesa informou que todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, a) **Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.**, na qualidade de acionista; **Tabajara Bertelli Costa**, na qualidade de Presidente e Presidente da Mesa; e **Ana Paula Santoro Coria**, na qualidade de Secretária da Mesa; e **Márcio Serpejante e Peppe**, inscrito no CRC sob o nº 1 SP233.011/O-8, auditor da KPMG Auditores Independentes. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Ana Paula Santoro Coria** - Secretária da Mesa.

RB Capital Companhia de Securitização

Companhia Aberta-CNPJ/ME 02.773.542/0001-22 - NIRE 35.300.157.648

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis de Direitos Creditórios do Agronegócio da 6ª Emissão, Série Única, da RB Capital Companhia de Securitização

RB Capital Companhia de Securitização ("Emissora") e **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("Agente Fiduciário"), na qualidade, respectivamente, de Emissora e Agente Fiduciário dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 6ª Emissão da Emissora ("CRA") e "Emissão", respectivamente, em atendimento à cláusula do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio de Certificados de Recebíveis do Agronegócio Para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 6ª Emissão, Série Única, da RB Capital Companhia de Securitização, firmado em 23.08.19, e aditado em 28.08.19 ("Termo de Securitização"), convocam todos os titulares dos CRA ("Titulares de CRA") a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA que será realizada, **em 2ª convocação, no dia 01.06.2020, às 11hs**, de forma remota e eletrônica, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados nos termos deste Edital, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (i) considerando o pleito da Agrícola Famosa Ltda. ("Alienante"), conforme notificação enviada à Emissora datada de 14.04.2020, aprovação, ou não, da liberação dos seguintes imóveis em garantia à Emissão, em razão do excedente de garantia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido no Termo de Securitização), antes do prazo de 12 meses contado a partir da primeira integralização dos CRA, e desde que cumpridas todas as condições estabelecidas nos itens "(i)" e "(iii)" da cláusula 8.1 dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis: (a) Sítio Soledade, objeto da matrícula nº 1.887 do 1º Ofício de Notas - Registro de Imóveis de Apodi/RN; (b) Sítio Lagoa do Feijão, objeto da matrícula nº 8.426 do 1º Ofício de Notas - Registro de Imóveis de Apodi/RN; (c) Fazenda Santa Maria, objeto da matrícula nº 4.620 do 1º Ofício de Notas - Registro de Imóveis de Apodi/RN; e (d) Fazenda São Sabino, objeto da matrícula nº 1.682 do 1º Ofício de Notas - Registro de Imóveis de Apodi/RN; e (ii) autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima, incluindo, mas não se limitando, aos aditamentos ao Termo de Securitização e aos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, bem como à baixa do gravame nas matrículas dos imóveis objetos da liberação mencionada acima, mediante termos de liberação a serem emitidos pela Emissora. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Em razão da situação de calamidade pública, visando a segurança de todos, em linha com o Ofício-Circular nº 6/2020/CVM/SIN, a Assembleia será realizada por meio de plataforma eletrônica, cujo acesso será disponibilizado pela Emissora àqueles que enviarem por correio eletrônico para ri@rbsec.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os documentos de representação até o horário da Assembleia. Por documento de representação, consideramos o recebimento de cópia dos documentos de identidade do titular de CRA e, caso aplicável, os documentos que comprovem os poderes daqueles que participarão em representação ao titular de CRA. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: **a) participante pessoa física** - cópia digitalizada de documento de identidade do titular do CRA; ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica; ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRA; e **b) demais participantes** - cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRA, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica; ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do titular do CRA. Os Titulares de CRA poderão enviar seu voto de forma eletrônica conforme Modelo de Carta Resposta à Consulta Formal a ser disponibilizado por e-mail após habilitação. Na data da Assembleia, os votos recebidos por meio da Consulta Formal serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos presentes e pelos votos da Consulta Formal até a data informada acima, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. São Paulo, 19.05.2020. **RB Capital Companhia de Securitização - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Hercules S.A. - Fábrica de Talheres

Companhia Aberta

CNPJ nº 92.749.225/0001-63 -NIRE 35.3.003.419.53

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Hercules S.A. Fábrica de Talheres**, ("**Companhia**") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 01 de junho de 2020, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua do Paraíso, nº 148, 14º andar, conjunto 142 - sala 02, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04100-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i. Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores, independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2019; ii. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2019; iii. Fixar o número de membros do Conselho de Administração; iv. Eleger os membros para compor o Conselho de Administração, nos termos que dispõe o Estatuto Social da Companhia; e v. Fixar o montante da remuneração dos membros da Administração. Em conformidade com o disposto nas Instruções CVM nº 165/91 e 481/09, o percentual mínimo da participação do capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 9% (nove por cento). **Instruções Gerais:** 1. Os documentos e informações relativos às matérias acima contendo os esclarecimentos exigidos pela Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como, nos sites eletrônicos www.hercules.ind.br, www.cvm.gov.br e www.b3.com.br. 2. Os acionistas ou seus representantes habilitados deverão observar para participação na Assembleia convocada, o disposto no parágrafo 1º do Artigo 126 da lei 6.404/76, cujo instrumento deverá ser depositado na sede social da Companhia com antecedência mínima de 3 (três) dias. São Paulo, 16 de maio de 2020. Adolpho Vaz de Arruda Neto - **Presidente do Conselho de Administração**.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 20/05/2020 09:02:26.

Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE

[Ticket: 35242485] - www.imprensaoficial.com.br